

ILUSTRÍSSIMA PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL – ESTADO DO PARANÁ.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 181/2021

ELOTECH GESTÃO PÚBLICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 80.896.194/0001-94, Inscrição Estadual: Isenta, estabelecido à Rua Tupã, nº 1.643, Recanto dos Magnatas, CEP: 87.060-510, na cidade de Maringá, Estado do Paraná, telefone (44) 4009 3550, e-mail: juridico@elotech.com.br, por seu procurador infra-assinado, vem, na melhor forma do direito, observado o princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório, que estão presentes na Lei de Licitações (Lei 8.666/93), bem como resguardado pela Constituição Federal, **apresentar, tempestivamente, CONTRARRAZÕES ao Recurso interposto pela empresa GOVERNANÇABRASIL S/A TECNOLOG. E GESTÃO EM SERVIÇOS**, nos termos do artigo 4º, XVIII da lei 10.520/2002, o que faz pelos fundamentos a seguir expostos:

I – DOS FATOS:

A Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul publicou o Edital de Pregão Eletrônico nº 97/2021, cujo objeto é a “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E TREINAMENTO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.”

Em apertada síntese, fixou em edital a data de 21 de setembro de 2021 para a abertura da licitação acima identificada. Sendo que, nesta data participaram do certame as

empresas ELOTECH GESTÃO PÚBLICA LTDA e GOVERNANÇA BRASIL, sendo a última detentora do menor preço.

Ato continua a recorrente foi convocada para proceder com a demonstração do sistema, nos termos do item 20 do edital. Neste ponto é importante destacarmos que em momento anterior no dia 24 de setembro de 2021, em recurso interposto pela agora contrarrazoante, já havíamos alertado esta Comissão que a empresa não atenderia aos requisitos editalícios, **visto que esta mesma havia impugnado o certame alegando que não atendia suas características.**

Fato este que se consumou, visto o parecer emitido em 19 de novembro de 2021 pela comissão de avaliação da demonstração técnica que entendeu pelo não atendimento dos requisitos editalícios pela Recorrente.

No entanto, mesmo sabedora de sua condição de não atendimento as exigências editalícias, a empresa GOVERNANÇA BRASIL, se mostra irredimida com a decisão que lhe desclassificou, apresentando para tanto, Recurso meramente protelatório em desfavor da decisão acima destacada.

Incumbe ratificar que o recurso apresentado se mostra meramente protelatório, pois, em nenhum de seus parágrafos a empresa Recorrente demonstra de forma efetiva que atende ao edital. Somente usa a peça e o prazo recursal para prolongar o processo, que indiretamente lhe beneficia, eis que é a atual fornecedora dos softwares de gestão a esta Municipalidade.

Mas, sem mais delongas, vimos apresentar a presente contrarrazões, pois na condição de licitante, nossa equipe técnica também acompanhou a demonstração realizada pela GOVERNANÇA BRASIL, e entendemos que além dos itens que corretamente já desclassificaram a empresa Recorrente, esta ainda deixou de atender inúmeras outras funcionalidades, que se somadas corretamente ousamos dizer não atende a 60% do requerido no edital.

II – DA TEMPESTIVIDADE DAS CONTRARRAZÕES

Preliminarmente é de se assinalar que, por força do artigo 4º, XVIII da lei 10.520/2002, a presente Contrarrazões é tempestiva, tendo em vista que, o prazo para interposição de Recurso por parte da recorrente iniciou-se em 23/11/2021, findando-se em 25/11/2021, data a qual iniciou-se o prazo de 3 (três) dias para apresentação de contrarrazões.

Pelo exposto, alinhada a contagem do prazo conforme disposto no artigo supracitado, verifica-se que o prazo para interposição da presente Contrarrazões se finda no dia 30/11/2021, sendo, portanto, tempestivamente protocolada.

III DOS FUNDAMENTOS

A recorrente, em sua petição, questiona a decisão da administração que a desclassificou por meros detalhes e formatação dos sistemas, alegando que isso indicava direcionamento para outra empresa, pois seus sistemas atenderiam as exigências editalícias.

Tal afirmação não poderia ser mais falaciosa, a empresa GOVERNANÇA BRASIL, deixou de apresentar módulos completos, por não possuí-los e nem mesmo demonstrou que as funcionalidades requeridas nestes, encontravam-se presentes em outros módulos, o que poderia corroborar com sua suposta tese de que atenderia ao edital.

Neste condão destacamos de forma bem suscinta e clara que os próprios técnicos da empresa ora Recorrente informaram no momento da demonstração técnica que seus softwares integrados não atendiam aos módulos **SISTEMA DE CUSTOS e SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**, situação que por si só já deveria ocasionar a desclassificação desta empresa.

No entanto, seguindo a análise complementar aos requisitos já pontuados pela Administração como não atendidos pela empresa Governança Brasil, temos que quanto aos itens gerais, a mesma não atendeu de forma satisfatória a parte de INFRAESTRUTURA que foi apresentada remotamente, NÃO POSSUI CADASTRO ÚNICO (DADOS UNIFICADOS), situação a qual tenta ludibriar a comissão de licitação afirmando que possui.

Na sequência, apontamos ainda que não possui ROTINA DE NAVEGAÇÃO ENTRE OS MÓDULOS SEM SAIR DO SISTEMA. Realizou uma demonstração técnica que migrava entre as tecnologias WEB e DESKTOP, não atendendo, portanto, as exigências do edital quanto a tecnologia requerida. E ainda, não comprovou possuir abertura de chamado de suporte via ferramentas de mensagem instantânea.

Nota-se que já nos itens obrigatórios além dos já destacados pela comissão fica claro que a empresa Governança Brasil, ainda não atendeu outras inúmeras funcionalidades essenciais, que compõem os requisitos do edital.

Mas não ficando vinculado somente a esta parte do edital, mas também apontando outras tantas irregularidades e falhas de atendimento quanto ao edital, passamos a análise da apresentação dos módulos da licitação que também deixaram claro que o sistema ofertado pela licitante Governança Brasil, não atende ao Termo de Referência.

Destacamos por exemplo as funcionalidades abaixo destacadas como não comprovadas pela empresa Recorrente:

CONTABILIDADE:

- Cadastro de credor não possibilita a inclusão de arquivos;
- Não possui assinatura eletrônica com controle de etapas;

- O sistema não tem cadastro de item;
- Não possui cadastro de secretario;
- Não possui cadastro dos tipos de passivo atuarial;
- Não possui liberação para usuário na rotina lote de remessa;
- Não tem controle de certidão;
- Não faz agrupamento de contas bancárias;
- Não faz a contabilização da dívida;
- Não possui integração de contratos;
- Não possui solicitação de crédito adicional;
- Não possui no cadastro de credores log de alterações;
- Não possui cadastro e controle das dotações oriundos da abertura de crédito;
- Não possui cadastro único de exercício, possibilitando incluir percentual limite de crédito e também lei orgânica;

TESOURARIA:

- Não possui assinatura eletrônica com controle de etapas;
- Não possui a conciliação via arquivo bancário;
- Não possui rotina de transferência bancária via arquivo;

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA:

- Não demonstra a Lei Complementar 101;
- Não possibilita a alteração de cor do portal;
- Não possui manual do portal;
- Não possui E-SIC;
- A demonstração orçamentária (empenho, liquidação, pagamento), não ocorre em tempo real;
- Não possui gráficos;
- Não atende a rotina de impressão em pdf;

Importante destacarmos que tais apontamentos acima expostos são funcionalidades essenciais destes módulos que possuem integrações com outras funcionalidades do próprio módulo e de outros módulos. Sendo, portanto, que o atendimento destes requisitos se mostra essencial para a usabilidade dos sistemas.

Vê-se que na peça recursal da empresa Governança Brasil, esta não traz nenhum apontamento direto do atendimento das funcionalidades em questão, que lhe desclassificou, não traz também nenhum apontamento quanto ao atendimento dos módulos de Sistema de Custos e de Controle Interno, retomando é completamente protelatória.

Mas, ato contínuo, não foram somente estas funcionalidades que não foram atendidas pela empresa ora Recorrente, temos tantas outras as quais para deixar mais visual o descumprimento do edital e não atendimento dos itens, passamos a colacioná-las com grifo em destaque, senão vejamos:

COMPRAS E LICITAÇÕES

Possuir limitador de tamanho para os arquivos anexados no sistema.

Possuir controle de limite de valor para compra direta em parâmetros mínimos de natureza da despesa e natureza da despesa com desdobramento e subdesdobramentos.

Possuir validação entre despesa e produtos não permitindo a vinculação de itens que não sejam classificados com as mesmas despesas.

Possuir controle orçamentário completo não permitindo que seja ultrapassado o valor orçado com suas alterações para cada despesa, com as características parametrizadas no módulo contábil, tanto para o controle anual, quanto para quando utilizados controles financeiros através de cotas com períodos variáveis como mensal, semestral, etc.

Possuir rotina para envio de e-mail aos gestores e fiscais de contratos com parametrização do e-mail remetente e possibilidade de inclusão de endereços para cópias do tipo CC e CCO, com a personificação dos prazos de vencimento desejados para disparo dos avisos.

Possuir opção de envio de e-mail para notificar os fornecedores que manifestaram interesse no processo diretamente pelo sistema, sem a necessidade de efetuar cópias dos e-mails e utilização de ferramentas externas.

Possuir rotina que permita a geração automática das atas de registro de preços de todos os vencedores do processo a partir do preenchimento da primeira ata evitando a necessidade de inclusão manual de informações relacionadas ao processo.

Possuir rotina para geração de arquivo para preenchimento das propostas das licitações pelos fornecedores sem a necessidade de instalação nas máquinas dos licitantes, com a opção de geração para preenchimento do quadro societário e representante legal e consequente importação no sistema evitando a necessidade de preenchimentos manuais de tais informações.

Possuir rotina automatizada que efetue a substituição de itens nos pedidos para compra, quando o item vinculado for um item de romaneio, ou seja, compra em um item genérico, porém com distribuição nos itens discriminados;

Possuir rotina para ajustes em lançamentos já finalizados, que não comprometam o fundamento balizar, para sanar erros básicos como por exemplo de grafia em descritivos, para não existir a necessidade de exclusão de etapas e retrabalho;

Possuir cadastro de fornecedores, integrado com os demais módulos da aplicação integrada, contendo no mínimo informações como:

Ramos de atividade, Contas bancárias, Endereços e contatos sem limitação de quantidade, quadro de sócios e rotina para alteração de razão social, mantendo o histórico das alterações.

Possibilitar o cadastro de fornecedores estrangeiros, quando não existe nem CPF ou CNPJ para validação das informações.

Possibilitar a busca de dados básicos para novos cadastros através da inclusão do CNPJ, com integração com dados da Receita Federal.

Possibilitar a busca de dados de endereços através da inclusão de CEP junto a integração com dados de bases de dados dos Correios.

Possibilitar o registro e controle de ocorrências relacionadas aos fornecedores, com opção de controles de restrição por períodos conforme o tipo da ocorrência, que deve ter cadastro disponível para inclusão de novos registros diretamente no sistema.

Possibilitar o controle por tipo de documento quanto a validações nas rotinas quando não existir documento válido conforme a data da movimentação. Esta validação deve ser controlada por rotina e etapa, devendo possuir opção para aviso ou bloqueio.

Permitir cadastro para utilização no cadastro de fornecedores, com relação a legislações próprias em conjunto com a Lei 123/2006, para definição da qualificação do fornecedor por exemplo, quanto a ser local, região metropolitana, etc., conforme necessidade da entidade.

Possuir interface cadastral para inclusão, pelo próprio usuário, de novos campos a serem utilizados para a mesclagem de dados, não necessitando de intervenção da contratada.

Possuir consulta dinâmica para que possam ser analisadas as pendências de processos por etapas e status, que seja de fácil visualização com a demonstração gráfica das etapas de modo que possam ser identificados gargalos em etapas para aprimorar os passos internos.

Possuir rotina para pesquisa dos preços através de diversos filtros como por item, classificação, fornecedor e período para levantamento histórico dos preços dos dados filtrados para identificação das variações possibilitando a tomada de decisões através destes dados.

Possuir possibilidade da definição de pedido padrão de compras ou lista, para cada especificidade, permitindo a utilização pelos usuários das secretarias descentralizadas de forma a padronizar os pedidos para determinados tipos de aquisição conjuntas, possuindo opção inclusive de aprovações deste para prosseguimento com inclusão nos processos de compras específicos.

Possuir consulta dinâmica para identificar as pendências de compras para que possam ser analisadas e distribuídas entre os responsáveis de modo a agilizar os passos das solicitações criadas.

Possuir opção de envio de e-mail para os fornecedores que realizarão cotações para balizamentos dos preços, com envio anexo de arquivo para preenchimentos dos valores e marcas

para posterior importação no sistema evitando a digitação manual e agilizando os trâmites. Quando o envio for executado com sucesso, o sistema deve atualizar campo na cotação automaticamente, demonstrando que a cotação foi enviada.

Possibilitar que sejam ignorados valores para análise e cálculo do balizamento da cotação conforme necessidade eliminando distorções de valores que se considerados comprometem o resultado final, possibilitando valores muito altos ou baixos, podendo ocasionar em problemas no momento oportuno da compra. Os valores devem continuar nas cotações, não sendo admitida como possibilidade a exclusão do valor ou preenchimento de valor zerado por exemplo.

Permitir que os processos sejam montados com separação por lote, inclusive possibilitando a cópia de itens de um lote para outro dentro do mesmo processo licitatório.

Permitir a execução automatizada da finalização de processos referentes a Dispensas e Inexigibilidades evitando preenchimentos manuais, inclusive com a possibilidade de estorno enquanto não houver empenho para o processo.

Possibilitar o lançamento e controle de compras diretas e dispensáveis de licitação, em razão do limite, sem interferência nos lançamentos e controles da modalidade Dispensa.

Permitir o bloqueio de itens dos processos licitatórios com justificativa e motivação, além de bloquear a sua utilização para geração de novas solicitações de empenho.

Possuir configuração de julgamentos por técnica, definindo as questões e as respostas.

Possuir rotina para exportação e importação das propostas para o processo licitatório de modo a agilizar os procedimentos administrativos de classificação e julgamento, devendo ser possível a importação de arquivos digitais entregues pelos licitantes no dia da abertura do certame ou via importação de dados já inseridos em banco de dados externo, para validação no ato da sessão, através de pré-validação pelo licitante através de chave para importação. No caso de arquivo digital para importação, este deve ter sido preenchido em aplicação exclusiva da empresa contratada, não sendo necessária a instalação de qualquer aplicação na máquina dos licitantes.

Possuir rotina para inclusão da habilitação dos licitantes, com consulta automática do sistema a dados de certidões válidas já utilizadas pelo sistema evitando a necessidade de preenchimento duplicado de dados já existentes.

Possuir rotina para o cadastro de propostas dos pregões presenciais apenas no valor do lote, sem a necessidade do preenchimento dos subitens do lote, possibilitando o fornecedor vencedor fazer a readequação dos valores dos subitens on-line nas suas dependências. Agilizando, com isso, o cadastro das propostas e início dos lances e posteriormente digitação da readequação pelos usuários.

Possuir rotina para geração da proposta ajustada nos Pregões com julgamento global, calculando o valor de cada item com base no percentual de economicidade gerado no lote e com base no valor inicial do licitante por item;

Possuir rotina para registro dos lances na modalidade Leilão, com emissão de ata com histórico dos lances;

Permitir o controle por centros de custos, em processo com controle por valor, podendo ser realizadas as mesmas movimentações quantitativas para o caso de valores.

Possuir rotina para as configurações necessárias e exportação para o Banco de Preços em Saúde (BPS).

Possuir integração com plataformas de Pregão Eletrônico, como BLL, BBMNET, Compras Públicas, ou qualquer outra que a entidade utilizar, devendo ser de responsabilidade da empresa contratada o desenvolvimento caso a plataforma disponibilize interface de exportação ou importação de arquivos ou ainda integrações de outras formas como, por exemplo, webservices.

O sistema deve possuir rotina para aprovação das despesas com no mínimo as seguintes funcionalidades que visam eliminar impressões e otimizar os trabalhos dos diversos setores evitando o deslocamento de servidores entre as áreas para reduzir despesas e diminuir a burocracia processual para liberação dos gastos:

- Parametrizar os níveis e fluxos de aprovação de acordo com especificidade da entidade.
- Possibilitar que os níveis tenham parâmetro de valor máximo e mínimo para entrar em determinado fluxo e para não entrar em determinado fluxo.
- Definir o nível padrão por usuário para otimizar as consultas das pendências.
- Vincular nos níveis os usuários responsáveis.
- Possuir consulta para demonstração das solicitações pendentes com o carregamento do nível padrão do usuário, possuindo acesso rápido aos registros a partir da consulta.
- Possibilitar que a consulta seja carregada na abertura do sistema para visualização rápida as pendências do usuário.
- Possibilitar atualização automática da consulta, quando registrado um trâmite de aprovação e desaprovação na solicitação acessada, eliminando a pendência da visualização do usuário.
- Possibilitar que na consulta sejam aplicados filtros e agrupamentos e também exista a restrição de visualização conforme permissões de acesso as unidades orçamentárias dos usuários.
- Permitir que a rotina de aprovação seja gradual, liberando a rotina por unidade orçamentária até que seja abrangida toda a entidade.
- Na rejeição de uma despesa, retornar ao nível inicial de elaboração para as devidas correções.
- Não permitir edição em solicitações que já estejam em processo de tramitação além da elaboração.
- Registrar todas as etapas de tramitação, visualizando no mínimo usuário, máquina e data utilizada para cada etapa.
- Não permitir a geração do pré-empenho e empenho enquanto o processo de aprovação não estiver concluído até o último nível definido pela entidade.
- Possibilitar que na necessidade de uma impressão, seja demonstrado todo o fluxo percorrido, com os usuários registrados sendo estas aprovações eletrônicas, eliminando a necessidade de assinaturas físicas.
- Possibilitar a aprovação através das unidades ordenadoras, que podem ser registradas em unidades orçamentárias distintas com aprovação por uma unidade específica conforme a necessidade.

Possuir relatório dos documentos vencidos e a vencer do fornecedor.

Permitir gerar relatório das solicitações emitidas, com filtros mínimos de período, centro de custo, programática, situação, devendo possibilitar demonstrar ou não os itens relacionados.

Permitir gerar relatórios de cotações com a demonstração de análise de cotação, contendo todos os valores finais, demonstrando ou não os itens não cotados.

Deverá emitir relatório comparativo de cotação de fácil visualização contendo os itens com os valores cotados por fornecedor e ao final a identificação dos valores médios.

Permitir gerar relatório contendo os processos licitatórios com a definição de detalhes para exibição ou não, como exemplo os vencedores, homologações entre outros dados.

Permitir a geração de relatório contendo os saldos dos processos controlados por valor, demonstrando os valores iniciais, solicitados, aditados, anulados, creditados e debitados, com a possibilidade de demonstração por centro de custo quando houver o desmembramento.

Permitir gerar a relação mensal de todas as compras feitas, para envio ao TCU, exigida no inciso VI, do Art. 1º da Lei 9755/98.

Permitir a geração de relatório contendo os contratos a vencer por período.

Permitir a geração de relatório para o mapa comparativo comercial.

Permitir a geração de relatório contendo o saldo completo dos itens quantitativos em processos licitatórios, demonstrando os totais licitados, aditados, solicitados e anulados. O relatório deve ter a possibilidade de demonstrar o saldo por centro de custo, considerando também neste caso os débitos e créditos entre centros de custos.

Possibilitar a escolha de assinantes na emissão de relatórios.

FROTAS

Permitir a alternância entre os demais exercícios e entidades sem a necessidade de sair do sistema atual, facilitando a transição entre eles.

Possibilitar a visualização de consulta que demonstre os vencimentos de todos os itens referentes aos veículos e motoristas como, por exemplo, trocas de óleo, CNHs vencidas.

Permitir a configuração do período para emissão dos avisos de vencimentos, com relação a medição e datas.

Permitir que as requisições sejam controladas com os saldos dos empenhos.

Possibilitar que seja controlado status de aprovação nas ordens de serviço para liberação a execução dos serviços.

Possibilitar alerta nos lançamentos de gastos de combustíveis quando a média do veículo estiver fora dos padrões, com definição da variação tolerada definida pelo usuário, não sendo fixa no sistema.

Possibilitar o registro dos motoristas, incluindo dados das carteiras de habilitação e o vencimento destas, possibilitando ainda a emissão de relatório de motoristas de acordo com vencimento das CNH's.

Possuir bloqueio nas rotinas do sistema quando utilizado o motorista com CNH vencida há mais de 30 dias e quando tenha atingido a pontuação máxima para suspensão no período de 365 dias.

Permitir a alteração de dados de Lotação e Centro de Custo diretamente no Frotas, com armazenamento das alterações possibilitando a consulta no próprio cadastro do veículo, visualizando todas as alterações efetuadas.

Possibilitar a alteração de medidores, devendo armazenar o histórico de trocas diretamente no veículo, com possibilidade de inclusão da medição de implantação do novo medidor.

Possibilitar o registro de adaptações aos veículos, com vínculo de outros bens patrimoniais com campo para observações.

Possuir rotina para consulta dos agendamentos por período, para facilitar a liberação dos veículos e identificação da utilização ou não no período desejado.

Possibilitar o controle de itens com vencimento para os veículos, sendo itens de qualquer natureza, como por exemplo, troca de óleo, extintores de incêndio, revisões possibilitando o controle do vencimento por quilometragem e por data, com a possibilidade de avisos sistemáticos tanto em consultas como movimentações.

Possuir consultas de quantidades liquidadas/movimentadas para verificação do estoque de combustível que será enviado ao Tribunal de Contas.

Permitir geração de arquivos para Tribunal de Contas, oferecendo críticas quanto a campos obrigatórios não preenchidos, bem como inconsistências em medidores.

Possibilitar integração com empresa terceirizada para o controle de abastecimentos em rede autorizada, para importação e validação dos gastos, evitando a necessidade de lançamentos manuais. Na integração devem ser validados dados como posto de combustível, motorista e veículo, evitando inconsistências.

Permitir gerar relatório contendo as permissões de acesso por usuário.

Emitir relatório comparativo de gastos com possibilidade de comparativo no mínimo entre item, modelo e motorista.

Emitir relatório de gastos gerais, possibilitando a exibição de todos os gastos referentes aos veículos, com distinção, no mínimo, entre abastecimentos e manutenção.

Emitir relatório referente aos agendamentos de veículo.

Emitir relatório referente as movimentações de garagem dos veículos.

Emitir relatório referente aos itens que controlem vencimento que estão vinculados aos veículos.

OBRAS PÚBLICAS

Permitir a alternância entre os demais exercícios e entidades sem a necessidade de sair do sistema atual, facilitando a transição entre eles.

Possibilitar a consulta aos logs do sistema, para identificar quando ocorreram alterações em registros como inclusões, exclusões e alterações.

Possuir cadastro de fiscais integrado com o cadastro de pessoas para acompanhamento da obra.

Possibilitar o cadastro de assinaturas para relacionamento a emissão dos documentos como termos de recebimento.

Possibilitar o cadastro de portaria para vinculação dos membros da comissão para recebimento das obras.

Possibilitar o cadastro de tipos de notificação e modelos de notificação, com a definição de templates para utilização no registro das notificações.

Possuir integração com o módulo de Patrimônio, para vinculação da intervenção com o bem ou bens, em que a intervenção será executada.

Possuir integração com o módulo de Contratos, para captar dados do contrato que gerou a intervenção, no mínimo com o preenchimento dos dados referentes a prazos, valor, empresa executora, órgão e fiscal de contrato.

Possibilitar o registro completo das intervenções com vínculo de dados essenciais, necessitando no mínimo possuir a possibilidade do preenchimento dos dados referentes a nome da intervenção, tipo da intervenção, tipo da obra, classificação da intervenção, unidade de medida, regime de execução, dimensão, data base e data início, prazo de execução e valor.

Possibilitar o vínculo de arquivos digitalizados no cadastro da intervenção.

Possibilitar o registro de informações relacionadas às intervenções, sendo no mínimo dados referentes a responsabilidade técnica, matrícula CEI, planilhas de orçamento e ações.

Possuir recurso automático de geração de atos quando efetuados os lançamentos das planilhas de orçamento e acompanhamentos das intervenções, com demonstração do código de controle referente, possibilitando que o lançamento na Atoteca do TCE seja efetuado assim que o lançamento no sistema for efetuado com a geração da codificação.

Possuir rotina para registro dos acompanhamentos das intervenções, com todos os tipos definidos pelo Tribunal de Contas (medição, cancelamento, cadastro indevido, paralisação e conclusão), devendo possuir a possibilidade de inclusão tanto dos valores das medições quanto dos percentuais por medição, sendo que o percentual deverá ser calculado automaticamente conforme o valor, podendo ser editado pelo usuário.

Possuir rotina para inserção de imagens relativas aos acompanhamentos, mantendo registro fotográfico das intervenções no próprio sistema, inclusive com disponibilização das imagens no Portal da Transparência, caso esteja parametrizado para exibir os dados das intervenções.

Possuir rotina para controle e geração de notificações às empresas executoras, com a possibilidade de montagem de template da notificação para preenchimento dos dados específicos na geração das notificações.

Possuir controle de ocorrências, com a definição de equipe responsável, programações e vínculo com as solicitações recebidas via protocolo.

Possuir no controle de ocorrências e programação, a indicação dos materiais necessários para execução, com demonstração da estimativa de valores previstos e executados.

Possuir geração dos arquivos necessários para prestação de contas junto ao Tribunal de Contas, com a total integração entre os dados de sistemas como Patrimônio, Orçamento, Contratos e Leis Atos para geração desde os arquivos do cadastro inicial até as movimentações.

Possibilitar impressão de relatório com as validações de dados obrigatórios para envio das informações ao Tribunal de Contas, a fim de identificar possíveis erros e/ou falta de informações antes mesmo da geração e importação dos arquivos.

Possibilitar a impressão de termos de paralisação.

Possibilitar a impressão de termos de recebimento provisório e definitivo.

Possibilitar a impressão da Ordem de Serviço para início das obras.

Possibilitar a impressão de laudo de medição ou acompanhamento.

Possibilitar a emissão de listagem das intervenções conforme a situação.

Possibilitar a emissão de listagem de intervenções atrasadas conforme a data de início e prazo de execução.

Possibilitar a emissão de relatório para auxiliar no lançamento das atotecas do Tribunal de Contas referentes a planilhas e acompanhamentos.

Possibilitar a consulta aos logs do sistema, para identificar quando ocorreram alterações em registros como inclusões, exclusões e alterações.

Possuir cadastro de fiscais integrado com o cadastro de pessoas para acompanhamento da obra.

Possibilitar o cadastro de assinaturas para relacionamento a emissão dos documentos como termos de recebimento.

Possibilitar o cadastro de portaria para vinculação dos membros da comissão para recebimento das obras. Possibilitar o cadastro de tipos de notificação e modelos de notificação, com a definição de templates para utilização no registro das notificações.

Possuir integração com o módulo de Patrimônio, para vinculação da intervenção com o bem ou bens, em que a intervenção será executada.

Possuir integração com o módulo de Contratos, para captar dados do contrato que gerou a intervenção, no mínimo com o preenchimento dos dados referentes a prazos, valor, empresa executora, órgão e fiscal de contrato.

Possibilitar o registro completo das intervenções com vínculo de dados essenciais, necessitando no mínimo possuir a possibilidade do preenchimento dos dados referentes a nome da intervenção, tipo da intervenção, tipo da obra, classificação da intervenção, unidade de medida, regime de execução, dimensão, data base e data início, prazo de execução e valor.

Possibilitar o vínculo de arquivos digitalizados no cadastro da intervenção.

Possibilitar o registro de informações relacionadas às intervenções, sendo no mínimo dados referentes a responsabilidade técnica, matrícula CEI, planilhas de orçamento e ações.

Possuir recurso automático de geração de atos quando efetuados os lançamentos das planilhas de orçamento e acompanhamentos das intervenções, com demonstração do código de controle referente, possibilitando que o lançamento na Atoteca do TCE seja efetuado assim que o lançamento no sistema for efetuado com a geração da codificação.

Possuir rotina para registro dos acompanhamentos das intervenções, com todos os tipos definidos pelo Tribunal de Contas (medição, cancelamento, cadastro indevido, paralisação e conclusão), devendo possuir a possibilidade de inclusão tanto dos valores das medições quanto dos percentuais por medição, sendo que o percentual deverá ser calculado automaticamente conforme o valor, podendo ser editado pelo usuário.

Possuir rotina para controle e geração de notificações às empresas executoras, com a possibilidade de montagem de template da notificação para preenchimento dos dados específicos na geração das notificações. Possuir controle de ocorrências, com a definição de equipe responsável, programações e vínculo com as solicitações recebidas via protocolo.

Possuir no controle de ocorrências e programação, a indicação dos materiais necessários para execução, com demonstração da estimativa de valores previstos e executados.

Possibilitar a impressão de termos de paralisação.

Possibilitar a impressão de termos de recebimento provisório e definitivo. Possibilitar a impressão da Ordem de Serviço para início das obras.

Possibilitar a emissão de listagem de intervenções atrasadas conforme a data de início e prazo de execução. Possibilitar a emissão de relatório para auxiliar no lançamento das atotecas do Tribunal de Contas referentes a planilhas e acompanhamentos.

- Permitir o trâmite de todo o processo em meio digital, dispensando movimentos em papéis.
- Permitir o controle de numeração de processos com possibilidade de reinício a cada novo exercício.
- Permitir o controle de numeração de processos com separação por tipos conforme necessidade da entidade.
- Possuir bloqueio para não permitir a duplicidade cadastral em assuntos, documentos e locais.
- Permitir a vinculação de roteiros por assunto, inclusive considerando a definição de prazo para cada etapa individual.
- Permitir a vinculação de documentos por assunto.
- Possibilitar a indicação da finalidade do processo, sendo de atendimento ao público ou interno.
- Possuir integração com o Sistema de Tributação para demonstrar aviso quando o requerente possuir situação de inadimplência com a entidade.
- Possibilitar a ordenação dos processos por ordem de movimentação.
- Possibilitar a emissão de comprovante de protocolização com envio por e-mail.
- Permitir movimentar vários processos em lote, com a possibilidade de informar pareceres diferentes para cada um dos processos, possibilitando o encaminhamento tanto a um local, quanto direcionado a um usuário relacionado ao local de destino.
- Possuir rotina de arquivamento múltiplo de processos.
- Permitir a transferência entre arquivos, após o processo estar arquivado
- Possuir rotina para anexação/apensamento de processos entre si.
- Permitir a edição do último trâmite do processo efetuada pelo usuário, evitando a necessidade de nova tramitação para inclusão de novas informações quanto a pareceres.
- Permitir a visualização do histórico de toda a tramitação efetuada nos processos com indicação de datas e usuários que a realizaram.
- Possuir rotina para exclusão de trâmites indevidos/errôneos, evitando a necessidade de tramitações para correção.
- Possuir indicadores para demonstrar os processos a receber nos locais referentes ao usuário.
- Possuir indicadores para demonstrar os processos a receber direcionados diretamente ao usuário.
- Possuir indicadores para demonstrar os processos que estão nos locais referentes ao usuário, para possibilitar encaminhamento ágil destes.
- Possuir validação para não permitir o cadastro de locais sem a vinculação do respectivo responsável.
- Possuir rotina para que na abertura externa, por assunto seja definido termo de aceite para a conclusão da abertura do processo.
- Possuir rotina de disparo de e-mail ao Requerente na Abertura e em todas as tramitações do processo.
- Permitir a abertura de processos de ouvidoria com requerente anônimo, com a possibilidade de informar telefone e e-mail para contato.
- Possuir rotina de Disparo de e-mail aos usuários quando encaminhado processo a locais que possuam acesso.
- Possuir rotina de Controle de Tramitação por Roteiro, com possibilidade de que em assuntos específicos seja possível a tramitação somente para os locais e sequências definidas no roteiro, tanto na Abertura, Encaminhamento e Arquivamento dos processos, com identificação dos locais em que é possível o arquivamento.

Possuir rotina para avaliação dos processos abertos externamente, para que somente seja possível o recebimento de processos que estejam avaliados.

Possuir dashboards gerenciais para rápida identificação dos processos pendentes e sob responsabilidade do local e usuário.

Possuir dashboard estatístico para os processos, com filtros por local, período, assunto, situação, dentre outras possibilidades.

Permitir a visualização da data de previsão para finalização do processo conforme prazo estipulado no cadastro de assuntos, demonstrando em destaque os processos com prazo vencido.

Permitir a paralisação de processos, com possibilidade de filtrar os processos paralisados conforme necessidade.

Permitir a impressão da papeleta do processo, devendo possibilitar a emissão da papeleta de encaminhamento em cada um dos trâmites referentes.

PATRIMÔNIO

Possuir rotina para zerar as categorias dos bens, para que nova parametrização seja efetuada de maneira mais assertiva, com rotina para vinculação das novas categorias em lote, ou seja, não necessitando vincular um a um.

Possibilitar que a depreciação seja realizada ao menos nas formas mensal ou anual.

Possibilitar o cadastro personalizado dos tipos de incorporação e baixas a serem utilizados pela entidade.

Possibilitar o cadastro de fórmulas para reavaliação, utilizando variáveis do software, bem como operadores matemáticos, permitindo sua elaboração através da montagem visual de fluxograma e também de forma inversa com a fórmula manual sendo convertida em fluxograma para melhor visualização do conteúdo das variáveis cadastradas.

Possibilitar o cadastro de campos personalizados para utilização no cadastro de bens, com no mínimo dados específicos dos tipos texto, valor e número.

Possibilitar o cadastro de moedas para conversão automática no momento do tombamento, quando bens adquiridos em outras épocas.

Permitir cadastro gerais de tipos conforme o critério da entidade para: tipo de conservação; tipo de ocorrência; tipos de controle; tipo de cobertura de apólice e tipo de atribuição nas comissões.

Permitir o cadastro histórico das ocorrências dos bens.

Possibilitar a vinculação da entidade de origem do bem em caso de tombamento referente a cisão/fusão.

Possibilitar a inclusão de arquivos digitalizados ao cadastro do bem de maneira em quantidade ilimitada por bem.

Possuir rotina que permita a atualização múltipla de bens, com alterações como descrição e situação.

Permitir ao usuário a possibilidade de visualizar somente os bens sob a sua responsabilidade.

Possibilitar o cadastro para os bens da entidade, devendo no mínimo possibilitar o preenchimento das seguintes informações: processo licitatório; empenho fornecedor de aquisição; estado de conservação valor de aquisição; data de tombamento; local de origem;

TRIBUTAÇÃO

Possuir tela de atendimento automatizada onde o usuário possa realizar qualquer tipo de atendimento sem a necessidade de acessar outro módulo. Consulta de débitos, pagamentos, Emissão de extratos, Emissão de boletos contendo uma ou mais parcelas, segunda via de carnês, lançamento de débito ou **requerimentos**, parcelamentos, **emissão de documentos**, **Boletos com desconto validado através de contrassenha**, pedidos de ITBI, Cadastramentos de Projeto de **construção Civil**.

Possibilitar a emissão de uma guia agrupada com todos os débitos de um contribuinte, independentemente da quantidade cadastros vinculados ao contribuinte, **desconsiderando também se este é o proprietário principal ou não**.

Permitir emissão de boletos por contribuinte, podendo vincular parcelas de vários cadastros relacionados ao mesmo contribuinte.

Deverá manter histórico da movimentação das parcelas, registrando cada tipo de movimento realizado: lançamento, inscrição em dívida ativa, em execução fiscal, pago no prazo, pago em dívida ativa, **pago em juízo**, cancelamento, baixa, estorno, **remissão, isenção, imunidade, recurso administrativo, contestação judicial**, parcelamento, reparcelamento.

Possuir rotina para emissão de Cota Única vencida.

Permitir transferência de débitos do cadastro imobiliário, mobiliário, rural para o cadastro do contribuinte, sendo possível cadastramento de observações e enquadramento legal.

Possuir rotina para emissão de Cota Única vencida.

Possuir tela que grava histórico dos atendimentos realizados. Os dados gravados serão: Requerente, CPF Requerente, Tipo do Atendimento e Observação, neste campo o usuário terá liberdade para descrever todos os dados que achar necessário para ficar no histórico deste atendimento.

Possibilidade de reimprimir boletos, sem a necessidade de novo registro, individualmente ou em lote, **diferenciados boletos já impressos dos não impressos**, filtrando por:

- Data de emissão;
- Usuário;
- **Informações do Contribuinte;**
- Informações do Cadastro;
- **Informações do Débito;**
- **Código do Boleto;**

Possibilitar que o usuário faça pesquisa global por um CNPJ e retorne todos os cadastros relacionados e seus sócios, contendo situação cadastral e situação financeira.

Possuir tela para cadastro manual de processos (Protocolos) contendo campos para informar Tipo do Processo, número, ano, situação, assunto, requerente, local de origem, local de destino e também campo para digitar observações.

Possuir toda movimentação de débitos e seus possíveis estornos e reabilitação (estorno do estorno) serem lançados, inclusive pagamentos de juros, multa, correção monetária.

Possibilitar listar os carnês emitidos filtrando por situação: retirados, devolvidos ou todos, trazendo o resultado da pesquisa em duas colunas onde uma trará os dados do Carnê completo e ao selecionar um carnê mostrará os boletos impressos para aquele carnê na outra coluna onde poderão ser emitidos. Deverá ter um bloqueio para não emitir boletos vencidos.

Possuir tela para consulta de boletos emitidos, podendo consultar pelo código de barras, nosso número ou pelo número do boleto. Deve retornar além destes dados, o código e tipo do cadastro, o número do contribuinte, as datas de emissão e vencimento do boleto.

Possibilitar a simulação de valores através da consulta de um boleto informando a data de referência, o sistema deverá realizar a simulação dos valores de multa, juros e correção para esta data.

Permitir a consulta de boletos gerados e ou emitidos pesquisando por filtros como: código do boleto, nosso número, código de barras, tipo cadastro (imobiliário, mobiliário, rural, avulso, cemitério), exercício, dívida, subdivida.

Possibilitar o cadastramento de pedidos de ITBI para serem vinculados no Lançamento do ITBI. Deverá ser possível vincular vários cadastros no mesmo pedido.

Possuir tela para pagamento negociado permitindo baixa parcial da parcela conforme bloqueio judicial. Nesta tela deverá ser possível informar a conta convenio e o motivo de desconto, também o valor depositado para negociação ou selecionar possíveis créditos que o contribuinte possa ter com o Município. As parcelas deverão ser listadas de acordo com os filtros informados

Permitir reajuste das taxas pré configuradas individual ou em lote, onde os reajustes deverão ser por valor fixo, valor adicional ou percentual. Este reajuste deverá ser precedido de simulação para só depois o usuário optar por aplicar o reajuste simulado.

Possuir repositório de todos os documentos de competência municipal e possibilitar de forma simples e intuitiva, consultá-los ou imprimir-los a qualquer tempo.

Cadastrar e consultar Leis e Atos do Município com campos para informar o Código do TCE, Escopo, Documento, Natureza, Data para envio ao TCE e data de Publicação. Deverá ainda, permitir informar a Súmula, veículo de publicação e também permitir anexar arquivos de publicação.

Possuir cadastro de tipo de melhoria a ser utilizado no lançamento de Contribuição de Melhoria.

Possuir um cadastro de Itens de Nota Fiscal para serem vinculados na Nota Fiscal Avulsa.

Possuir um cadastro de tipos de documentação que serão vinculados ao cadastro de Documentações.

Possuir um cadastro de tipos de protocolo que serão vinculados ao cadastro manual de Processos (Protocolo).

Permitir cadastro prévio de motivos de cancelamento de ITBI para serem vinculados no processo de cancelamento de ITBI.

Possuir um cadastro de CBOs para serem utilizados no Cadastro Econômico do Município.

Deverá permitir parametrizar os tipos de roçadas a serem realizadas no Município configurando a Guia de recolhimento e receita para quando é terreno vazio e também quando possui construção e também informar o valor a ser cobrado por metro quadrado.

Possuir um cadastro de veículos para serem vinculados ao Cadastro Econômico dos Contribuintes.

Possuir um cadastro de Categoria de Veículos para serem vinculados ao cadastro de veículos.

Possuir um cadastro de Tipo de Fiscal para ser vinculado ao cadastro dos fiscais do Município.

Possibilitar cadastrar tipos de anexos informando as extensões permitidas, o tamanho máximo permitido dos arquivos e a quais tipos de cadastros poderão ser vinculados estes tipos de anexos.

Permitir que o usuário parametrize novos campos a serem gerados no arquivo que é enviado as gráficas sem necessidade de manutenção em código fonte.

Possuir um cadastro de Boletins de Logradouros com as informações de trecho, logradouro inicial e final, quadra oposta e a face de quadra. Possibilitar informar também as características do boletim afetando diretamente o cálculo de IPTU.

Possuir um cadastro de tipos de segmentos para definição do segmento no Cadastro Imobiliário.

Permitir o cadastro de Loteamentos informando dados de localização, projeto, proprietário, loteador, área entre outros. Também permitir que o usuário configure novos campos no loteamento sem a necessidade de intervenção no código fonte do sistema.

Permitir o cadastro de condomínios com os dados de localização o tipo de condomínio e sua utilização, Alvará, Habite-se e suas respectivas datas, situação do condomínio, Projeto e áreas do terreno, privativa e comum. Também permitir que o usuário configure novos campos no Condomínio sem a necessidade de intervenção no código fonte do sistema.

Permitir o Controle de Imóveis por Imobiliários, possibilitando integração com as imobiliárias via arquivo onde pode ser definido a forma de pagamento de IPTU, cota única ou parcelada, permitir ainda geração de boleto único para cada imobiliária, contendo as parcelas dos cadastros optantes por pagamentos parcelado.

Possuir cadastro de tipo de Caução para ser utilizado no cadastro Imobiliário que possuir caução.

Possuir um cadastro de Tipo de Área verde para utilização no Cadastro Imobiliário.

Permitir o cadastro de situações do segmento para caracterizar o segmento na sua vinculação ao cadastro imobiliário essas situações devem ter a opção de definir características como: se a construção está desativada, se permite lançamento de imposto, se a situação é regular e se permite demolição.

Permitir o cadastro de eixos de comércio identificando o mesmo também por Sigla.

Permitir o cadastro de zoneamentos, identificando os mesmos também por Sigla.

Permitir cadastro de Atividades para vinculação no cadastro econômico do contribuinte. A atividade poderá ser vinculada a vários CNAEs. Também deve ser possível vincular horário especial na Atividade cadastrada.

Permitir cadastro de Horário Especial para vinculação nas Atividades e no Cadastro econômico do contribuinte. Deve permitir vincular fundamentação legal e ter campo para Observação.

Possibilitar cadastro de serviços informando periodicidade, alíquota, tipo do serviço, Local da prestação do serviço e Base de cálculo. Também deverá ser possível parametrizar se o serviço cadastrado é Construção civil, se retém ISS e se permite Dedução.

Possuir pré cadastro da tabela de CNAEs conforme tabela do IBGE, permitindo a inclusão de novos CNAEs pelo usuário.

Possuir um cadastro de Natureza das Atividades.

Possuir cadastro de tipo de capital social para vinculação no contrato social do cadastro econômico do contribuinte.

Possuir cadastro de tipo de registro mercantil para vinculação no contrato social do cadastro econômico do contribuinte.

Disponer de Pré cadastro de Regime Fiscal, permitindo a inserção de novos regimes a critério do usuário. Deve possibilitar vincular um Regime Especial XSD e também marcar características como: se gera débitos de ISS, se está no Simples Nacional, se é MEI e se usa Alíquota Zero.

O cadastro Mobiliário deve permitir vinculação com o Cadastro único de contribuinte, informando razão social e nome fantasia, CNPJ e inscrição Estadual. Deve permitir e não obrigar a definir o endereço do contribuinte como endereço do cadastro econômico.

Possibilitar definir a localização do cadastro econômico vinculando a um cadastro Imobiliário

Permitir definir a situação atual do cadastro mobiliário, mantendo histórico das situações.

Possibilitar cadastro de informações do Contrato social validando a soma do percentual de capital dos sócios não permitindo ser diferente de 100%.

No cadastro do Contrato social o sistema deve emitir um alerta informando caso o contribuinte selecionado possua débitos com o Município.

No Cadastro econômico deve conter as informações físicas das áreas utilizadas. Horário Especial e campo para inserir observações tantas quanto o usuário quiser.

Possuir cadastro único de contribuintes municipais, relacionando todas as propriedades que o mesmo possua (imóvel urbano e rural, sociedades em atividades comerciais ou serviços, atividades profissionais).

Possuir Cadastro Geral do Contribuinte no Município (CGCM), contendo os dados pessoais, numeração sequencial, identificação de tipo de registro (físico, jurídico, etc.), campos para cadastramento de estrangeiros (documento, país, etc., neste caso não é necessário validar CPF), considerando tabela de código de rua do município e sem restrições para residentes fora do Município.

Permitir a criação de cadastro RURAL, para emissão de guia de ITBI rural.

Permitir o controle completo do ITBI, permitindo fazer o pedido, processo de ITBI Normal, financiado ou Anuência, seu lançamento pode ser em parcela única, parcelada ou isento.

Permitir gerar ITBI sobre percentual de venda de imóvel.

Permitir a transferência de um ou mais vendedores para um ou mais compradores, realizando o cálculo automático das devidas partes.

Deverá guardar todos o histórico de transferências por imóvel. Emitir declaração de quitação e de isenção.

Deverá alterar o proprietário do imóvel automaticamente na comprovação do pagamento, e ainda a transferência manual.

No cadastro de ITBI deverá ter a possibilidade de informar a Natureza da Operação que gerou o ITBI, bem como a emissão de um relatório com os valores arrecadados de ITBI agrupados por Natureza de Operação.

Possibilitar selecionar os cadastros imobiliários por sócios/corresponsável ou qualquer tipo de vínculo.

Permitir anexar aos cadastros vários documentos, não apenas imagens, mas também arquivos com extensão PDF.

Permitir a emissão de certidão: inscrição, não inscrição, baixa e atividade referentes ao cadastro mobiliário.

Permitir ativar a localização Geográfica dos cadastros através de plugin do Google Maps.

Permitir a parametrização da tela de atendimento para que os débitos não constituídos fiquem visíveis ou não até seu vencimento.

Deverá ter a possibilidade de conceder desconto no IPTU de acordo com a quantidade de parcelas em que o contribuinte irá parcelar o débito.

Notem nobres julgadores que não são somente os itens apontados pela comissão que compõem o rol de funcionalidades não atendidas pela empresa ora Recorrente, todos os demais itens acima colacionados, segundo nossa equipe técnica especializada, não obtiveram comprovação de atendimento, situação que somente reforça que a decisão já proferida pela comissão é a mais acertada aos interesses desta H. Entidade.

Entendemos ainda, que não cabem mais apontamentos de outros itens, funcionalidades e módulos não atendidos, pois estaríamos aqui replicando uma grandiosidade de funcionalidades que não compõem a solução de softwares da empresa Governança Brasil, eis que como dito no início de nossa explanação, se somados os itens não atendidos provavelmente a Recorrente não atende a 60% do edital.

Dito isto, finalizando a análise da peça recursal da recorrente, que serviu somente para tumultuar o processo, pois não traz nenhuma defesa fática quanto ao seu cumprimento dos requisitos editalícios, cabe mais uma vez frisarmos que a própria recorrente, nos primórdios deste mesmo processo licitatório já indicava por si só que não tinha plenas condições de atendimento dos requisitos do edital.

Portanto, entendemos que sua participação deste o início é tendenciosa e vai no intuito de somente tumultuar todo o certame licitatório, eis que a sua declaração de que atende aos requisitos do edital se mostra falsa.

Diante dos inúmeros percalços causados pela empresa Governança Brasil, que atua no processo licitatório de forma maliciosa, tentando somente obter vantagem indevida para si, em prejuízo a todos os princípios constitucionais e licitatórios, deve ser condenada em litigância de má-fé. Ato este que pede seja apurado pela Administração Pública.

III – DO PEDIDO

Pelos fatos e fundamentos apresentados, requer sejam recebidas estas Contrarrazões e julgadas dentro do prazo legal, para que sejam acolhidas as fundamentações acima expostas no sentido de julgar totalmente improcedente o recurso apresentado pela empresa GOVERNANÇABRASIL S/A TECNOLOG. E GESTÃO EM SERVIÇOS

Requer seja apurado eventual ato de litigância de má-fé e participação irregular da empresa GOVERNANÇABRASIL S/A TECNOLOG. E GESTÃO EM SERVIÇOS, neste certame licitatório, pela Administração Pública Municipal.

Consequente, seja dado prosseguimento ao processo licitatório com a convocação da segunda colocada para continuidade do certame.

Nestes Termos,
Pede e espera Deferimento.

Maringá - PR, 26 de novembro de 2021.

ELOTECH GESTÃO PÚBLICA LTDA
CNPJ: 80.896.194/0001-94
ALBERTO LUIZ CAITANO
OAB/PR n.º 48.704
Departamento Jurídico